

# A CARTA DE AMOR EXTRAVIADA OU SOBRE A CONSPIRAÇÃO EPISTOLAR DESENCONTRADA: INDAGAÇÕES SOBRE A EXISTÊNCIA DA SUPOSTA CONSPIRAÇÃO DOS SUASSUNA OCORRIDA NO MEMORÁVEL ANO DE 1801

*Breno Gontijo Andrade*<sup>1</sup>

Em 1999, o professor Guilherme Pereira das Neves publicou um artigo intitulado “A suposta conspiração de 1801 em Pernambuco: ideias ilustradas ou conflitos tradicionais?”. Esse artigo pode ser considerado um divisor de águas por qualquer estudioso do tema, uma vez que questiona a hipótese da historiografia de que, em 1801, tivesse havido em Pernambuco uma conspiração liderada pelos irmãos Suassuna contra o domínio colonial. Para Pereira das Neves não é possível afirmar que tenha havido uma conspiração, mas, sim, um extenso jogo de intrigas e conflitos entre homens poderosos; os irmãos Suassuna foram comprovadamente fiéis vassalos e toda a documentação<sup>2</sup> reunida sobre o tema não sugeria intenções sediciosas.

Este trabalho tem por objetivo dialogar com o supracitado artigo, acrescentando outras indagações encontradas na documentação. Como a devassa que se deu em 1801 não é facilmente encontrada por sua impressão ter sido feita há mais de cinquenta anos, a primeira parte deste texto tem o intuito de descrever sobre o que tratavam as principais fontes, acompanhando a sua ordem cronológica. Na segunda parte, faço uso dos documentos que considere mais importantes da documentação e estabeleço um diálogo com o artigo de Pereira das Neves. Ao final apresentando uma interpretação também possível. Para facilitar a leitura deste artigo, mencionei em negrito o nome dos principais personagens que participaram da trama, valendo-me dos nomes que eram chamados na documentação.

## **Cartas trocadas e amizades rompidas: exposição de alguns documentos**

Em 1799, em Pernambuco, havia uma grande amizade entre dois Josés. Um deles era José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, doravante *José*, rebento da tradicional família do ramo dos Albuquerque e capitão-mor do corpo de Artilharia do Recife. O outro era José da Fonseca Silva e Sampaio, doravante *Fonseca*, negociante e capitão-mor do regimento de Milícias dos Nobres. Como eram amigos, tudo diziam e, conversando sobre as notícias da Europa, ainda balanceada pela Revolução Francesa, *José* perguntou a *Fonseca* se “este país podia ser livre para o futuro”<sup>3</sup>. Um ano depois, em 11 de outubro de 1800, *José*

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-Mail: <brenohistoria@gmail.com>.

<sup>2</sup> Trata-se da Devassa de 1801 reunida no volume CX dos *Documentos Históricos*, impresso em 1955 pelo Ministério da Educação e Cultura em parceria com a Biblioteca Nacional. NEVES, Guilherme Pereira das. “A suposta conspiração de 1801 em Pernambuco: ideias ilustradas ou conflitos tradicionais?”. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1999, p. 477.

<sup>3</sup> Trecho baseado na denúncia feita por José da Fonseca Silva e Sampaio. *Documentos Históricos*, CX, p. 155.

embarcou rumo à Europa, donde não deixaria de corresponder-se com o amigo *Fonseca* nem de tratar sobre aqueles tremores que sacudiam a Europa, inclusive Portugal. Também correspondia com os seus irmãos, o primogênito Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, doravante *Paula*, e Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, doravante *Luiz*.

A primeira carta enviada por *José* foi escrita pouco após o seu desembarque em 9 de dezembro de 1800, em Lisboa. Destinava-se ao seu irmão *Paula* e, primeiramente, dizia o quão difícil havia sido a viagem. Não fossem os fortísimos temporais, a tripulação ainda teve que combater em alto-mar uma fragata francesa, tendo-se destacado *José*, a ponto de ter ficado conhecido pelo episódio, *louvado não só do povo, como de Dom Rodrigo*, o ministro da Marinha e Ultramar, e de “todos os grandes e pequenos que me podem ser necessários nas minhas pretensões”. Dizia ainda que vinha sendo recebido muito bem por todos, exceto por D. Tomás José de Melo, ex-governador de Pernambuco entre 1787-1798. Numa segunda ocasião, porém, D. Tomás suportou melhor a visita de *José*, após este lhe enviar um presente e também ler uma carta de seu pai ao ex-governador, que tiveram estreitos laços em Pernambuco. O seu relato prossegue dizendo ao irmão *Paula*, que vinha ocupando-se de seus negócios e que apenas uma vez teria ido à ópera. Sua casa em Lisboa era bastante frequentada pelos pernambucanos que por lá estavam, provavelmente, não só por motivos de visitas, mas, também, para tomar empréstimos, ao que *José* dizia acautelar-se bastante por medo de calote. Noticiou ao seu irmão *Paula* alguns movimentos de tropas inglesas que estavam em Portugal, dizendo que elas haviam embarcado, deixando o reino, o que teria como feliz consequência a queda nos preços dos víveres. Reporta ainda que alguns conhecidos iam ser empossados, por ordem régia, na Paraíba, no Ceará e em Pernambuco. Por fim, comenta algo importante para a sua casa: o preço de mercado do açúcar e do algodão.

Por algum motivo desconhecido, *José* nem sempre enviava as cartas diretamente para os irmãos, mas, sim, para *Fonseca*, que as repassava, em mãos, aos respectivos destinatários. A carta escrita em Lisboa no dia 13 de março foi enviada para *Fonseca* entregar ao irmão do remetente, *Luiz*. Em relatos posteriores, o próprio *Fonseca* confirmou que era ele mesmo quem recebia e entregava cartas, algumas delas enviadas acobertadas por *José* com a recomendação de serem entregues exclusivamente ao *Fonseca*.

Nessa carta de 13 de março, inicialmente, *José* desejava saúde ao irmão, que naquele ano vinha sofrendo com alguma moléstia. Reportava-lhe também as últimas notícias da Europa: a Espanha havia declarado guerra a Portugal, que, por sua vez, enviara algumas tropas para as fronteiras. *José*, que já em Pernambuco gozava de uma patente militar, não escondia do irmão a oportunidade que lhe surgia, dizendo que iria dar com os ossos naquelas fronteiras para ver se alcançava o posto de tenente-coronel. Com esse posto, poderia voltar para o seu país, Pernambuco, com as distinções que bem desejava. Posteriormente, dizia para que o irmão *Luiz* – chamado carinhosamente de Lulú – não concorresse com um empréstimo que a Coroa Portuguesa faria naquela praça, “já recomendei a Paula que para o empréstimo que lá se vai abrir para a Fazenda Real não se dê nada, e o mesmo lhe peço”. Possivelmente, esse empréstimo teria como objetivo arrecadar

fundos para custear as tropas de Portugal contra a Espanha, tropas essas de que José dizia querer participar e, nelas, chegar ao posto de tenente-coronel. Continua em sua carta com outra novidade, estava prestes a colocar o hábito de Cristo, distinção cobiçada por todos os vassallos do Império Português. Alerta a *Luiz*, porém, para que não desse parte a ninguém sobre o título que vinha conquistando, até que tudo fosse verificado. Enviou também algumas gazetas com as notícias que circulavam naquele momento de tensão em Portugal. Logo após, comenta que o portador daquela carta, como das que foram entregues ao *Paula*, deveria ser o amigo *Fonseca*, “pois bem vê o perigo a que me exponho”. Por fim, diz sobre a possibilidade de levar um calote de Nabuco e pede ajuda ao irmão para pressionar em Pernambuco os parentes do devedor para que ele pudesse ser reembolsado. Ao que a documentação indica, parece que o amigo *Fonseca* também recebeu cartas de José, mas não se sabe do que se tratavam.

A carta escrita em 15 de março foi entregue pelo *Fonseca* ao outro irmão, o *Paula*. Iniciava-a, dizendo que uma fragata francesa havia tomado o navio Amável Luzia, logo este, que por azar levava as galanterias aos irmãos e a todos os amigos em Pernambuco. José lembra-se do episódio relatado na primeira carta ao *Paula*, que ele se havia destacado na defesa de um navio português, em ocasião semelhante, quando uma fragata francesa também tentava tomá-lo. Por isso, segundo José, se ele estivesse no Amável Luzia, o saque poderia ter sido evitado. Com o navio saqueado, tudo se perdia, as galanterias e 36 cartas que deveriam, para desgosto de José, ser reescritas. É possível que o pai de José tivesse morrido naquele início de 1801, pois o remetente descreve sobre o abalo que teve ao saber da inesperada morte de seu progenitor. Pela alma de seu pai, mandou celebrar algumas missas. Emite também a sua opinião sobre a partilha da herança. Em seguida, muda de assunto e escreve sobre a gratidão que tinha com os frades do seminário, possivelmente, os frades do Seminário de Olinda, pois todos haviam escrito cartas em favor de José e as enviado para Lisboa. Também reafirma o que tinha escrito em outra carta: que recebia obséquios de grandes e pequenos, em Portugal. Avisa ao *Paula* que as gazetas estavam com o outro irmão, o *Luiz*, para que ele as lesse quando quisesse. Reporta também ao destinatário *Paula* que a sua patente bem como as de seus afilhados estavam “todas confirmadas e na assinatura do príncipe”. Diz José que, numa carta que se perdera no assalto à embarcação Amável Luzia, estavam descritas todas as diligências que ele fizera para conseguir as patentes, todos os passos que dera na corte, as falas com ministros e até mesmo com o príncipe, mas que não escreveria esses pormenores naquela carta por falta de tempo. José não deixa também de criticar os procuradores de *Paula* na corte, José Luís e seu genro, por não terem amizade com ninguém, além disso, eram tolos. Finaliza recomendando outro procurador.

Em 10 de abril de 1801, José novamente escreveria diversas cartas para os irmãos e para os amigos. Uma delas era para *Fonseca*. Reportava que havia recebido a carta do próprio *Fonseca* em Lisboa e que estava repleto de contentamento pelas certezas da saúde do amigo e de sua família. Bendizia as demonstrações de amizade de *Fonseca*, que lhe dava “prudentes pareceres”. Prossegue informando-lhe sobre as últimas de Portugal: uma pequena esquadra portuguesa havia ido proteger um comboio de uma nau e duas fragatas espanholas. Narra também os rumores que

corriam sobre a guerra, que haveria “paz geral”, mas José não acreditava nessa hipótese. Diz-lhe ainda que, em breve, daria notícias dos negócios que ele vinha desempenhando no reino. Por fim, oferece os seus préstimos ao amigo *Fonseca*, caso quisesse solucionar algum contratempo no reino.

Outra carta também escrita em 10 de abril por José tinha por destino uma bela senhora de nome Ana Joaquina de Souza e Silva<sup>4</sup>. Ao que tudo indica, Ana Joaquina correspondia-se com José, pois, no início de sua carta, o remetente acusa o recebimento de uma missiva daquela senhora. Diz que, em breve e “vocalmente”, lhe diria sobre uns despachos que havia feito. Em seguida, tece uma declaração apaixonada, demonstrando a sua afeição por Ana Joaquina e, ao mesmo tempo, o seu receio em perdê-la:

*[...] não posso deixar de dizer-te que a minha alma vive em contínua guerra quando penso em ti, ora se persuade, que não haverá coisa que te faça variar, ora que já te não lembras de mim, e ora que está sendo atacada por todos os êmulos, e que lhes não resiste com aquela coragem que te conheço em querendo; enfim sobre isto nada te devo dizer porque sei que sabes pensar.*<sup>5</sup>

Por fim, lamenta que, fatalmente, a nau que lhe levava umas galanterias havia sido tomada pelos franceses e, por isso, só lhe enviaria uns mimos quando voltasse de vez para Pernambuco.

Há também duas cartas de 10 de abril de 1801 para os outros irmãos, *Luiz* e o *Paula*. Na missiva de *Luiz*, relata que não tem notícias para o irmão, apenas que D. Rodrigo estava a seu favor nos seus intentos com a Coroa Portuguesa<sup>6</sup>. Sobre a guerra, diz que não pode dizer nada que seja seguro, “porque as coisas aqui todos os dias mudam de figura e de circunstâncias”, entretanto não acreditava em paz geral. Assim como havia reportado a *Fonseca*, em carta do mesmo dia, noticiou ao irmão sobre a esquadra que saíra de Portugal para proteger um comboio dos ataques espanhóis em alto-mar. Também informou que o “cavalheiro Araújo”, provavelmente o conde da Barca, Antônio de Araújo Azevedo, estava tentando ir à França, mas, com diversos impedimentos impostos pela Espanha.

Na carta ao *Paula*, inicialmente, avisou que recebera em 5 de abril algumas cartas dele pelo brigadeiro Europa<sup>7</sup>. Contou sobre os procedimentos do procurador José Luiz, que, embora tivesse feito alguns bons serviços, era dispensável e poderia ser substituído por outro procurador. Depois escreveu sobre o pai, trazendo a ideia de que ele, José, parecia obrar para que seu falecido pai fosse reconhecido e talvez recebesse alguma distinção por um possível serviço prestado à Coroa. José chama esses intentos que seu pai estava imiscuído de “causa de Maguaipe”. Mudou o assunto, tratando sobre o movimento de tropas portuguesas, que na ocasião estavam nas fronteiras, mas ainda sem entrar em confronto. Tal como reportou a *Fonseca* e a *Luiz*, avisou também ao *Paula*, sobre a frota portuguesa que iria

<sup>4</sup> *Documentos Históricos*, CX, p. 138.

<sup>5</sup> *Documentos Históricos*, CX, p. 138.

<sup>6</sup> *Documentos Históricos*, CX, p. 139-140.

<sup>7</sup> *Documentos Históricos*, CX, p. 139-140.

proteger um comboio de possíveis ataques dos espanhóis, detalhou, porém, quais eram as embarcações que fariam essa proteção: duas naus, duas fragatas e dois cúteres.

Em 17 de abril de 1801, sete dias depois dessas quatro cartas enviadas, José escreveu novamente aos dois irmãos, mas, com mais brevidade<sup>8</sup>. A *Luiz* relatou que o comboio de Pernambuco chegara a Portugal muito *disperso* e que o reino passava por desordens por falta de pão. Recomendava-lhe que enviasse ao reino farinha de mandioca e arroz. Também pedia para que *Luiz* enviasse sua certidão de batismo. Ao final, remeteu-lhe, novamente, mais algumas gazetas. A carta remetida ao irmão *Paula* dizia sobre o voto que tinha dado o doutor Fulgêncio a respeito da “causa de Maguaipe”. Também tratava sobre os rumores que corriam a respeito da possível paz com a Espanha, que mais uma vez *José* dizia não acreditar. Enfim, pediu ao irmão que lhe enviasse sua certidão de batismo, pois dizia que “as coisas não esta[vam] em má figura”.

Pela noite de 9 de maio 1801, em Pernambuco, como de costume, *Fonseca* foi entregar algumas cartas aos irmãos. De acordo com *Fonseca*, foram entregues duas cartas ao *Paula*, que se pôs a ler para ele. Após a leitura, o *Paula* relatou sobre as pretensões de sua família e colocou-lhe a par das últimas notícias da Europa, que a Espanha iria atacar Portugal, algo que *Fonseca* já sabia por trocar correspondências com o amigo *José*. Em seguida, o *Paula* iniciou a leitura de algumas “ideias revolucionárias”<sup>9</sup>, e ainda alertou para que *Fonseca* e “aqueles que pudessem entrar nos nossos projetos” não concorressem ao empréstimo que a Coroa Portuguesa fazia naquela praça de Pernambuco. Foi visto que essa recomendação, também foi feita a *Luiz* na carta escrita por *José* em 13 de março de 1801<sup>10</sup>. Dois dias depois, em 11 de maio, pela manhã, ao visitar o *Paula*, este novamente leu ao *Fonseca* uma carta com as mesmas “ideias facciosas e revolucionárias” da carta anterior e, depois da leitura, o dito *Paula* lhe “dissera ser preciso procurar a liberdade”, ao que *Fonseca* afirmou que só no caso de convir a toda América<sup>11</sup>. O *Paula*, ao ouvir aquela resposta, ainda insistiu: “nem havendo socorro de nação estrangeira como a França?”.

Não se sabe o que *Fonseca* respondeu – para a alçada, porém, ele defendeu a ideia de que não compartilhava de planos semelhantes. *Paula* ainda perguntou ao *Fonseca* se, em sua opinião, “Antônio Joaquim Ferreira de Sampaio era capaz ou o Doutor Moraes”<sup>12</sup>, ao que *Fonseca* respondeu “que não sabia, pois que nem com eles nem com outra pessoa alguma havia tratado em semelhante matéria”. *Paula* ainda pediu muito segredo sobre o que haviam conversado, pois só os irmãos e ele, *Fonseca*, “eram sabedores [daquele] particular”. Ao perceber tantas tergiversações de *Fonseca*, o *Paula* ainda lhe perguntou se o seu irmão *José* lhe

---

<sup>8</sup> *Documentos Históricos*, CX, p. 141-142.

<sup>9</sup> Ao longo de toda a devassa, *Fonseca* não especifica quais seriam essas ideias que ele chama de “revolucionárias”.

<sup>10</sup> *Documentos Históricos*, CX, p. 134-135.

<sup>11</sup> Segundo *Fonseca*, ele usou essa expressão “não por estar possuído de semelhantes ideias revolucionárias, mas sim por conhecer a impossibilidade que para isto havia, e pelo susto e alucinação em que já estava com semelhante novidade”. *Documentos Históricos*, CX, p. 31.

<sup>12</sup> *Documentos Históricos*, CX, p. 31-32. O doutor Moraes é o conhecido dicionarista Antônio de Moraes Silva.

havia comunicado alguma coisa a esse respeito, ao que *Fonseca* respondeu que sim, que a esse respeito *José* lhe perguntara havia dois anos “se este país podia para o futuro ser livre” – episódio relacionado no início deste artigo. Em seguida, o *Paula* queimou a primeira carta lida, ao passo que a segunda carta foi rasgada. Após toda essa conversação, *Fonseca* ainda foi umas três ou quatro vezes à casa do *Paula*, para dar a impressão de que nada de mais havia acontecido.

Onze dias passaram-se. Outras duas cartas foram escritas. Dessa vez, as correspondências foram escritas em Pernambuco, uma por *Luiz* em 20 de maio e outra por *Paula* em 21 de maio, ambas a ser remetidas para *José*, em Lisboa. O final da carta de *Paula* reportou ao irmão suas impressões sobre o fracasso que foi a conversa com *Fonseca*:

*Agora me lembra dizer-lhe que li uma sua carta a F... que me fez admirar a imprudência e falta de todo o melindre com que Vossa Mercê trata o seu negócio. As suas facilidades não poderão deixar de ser de mim sempre estranhas, e por causa delas algumas coisas lhe saem frustradas. Seja mais comedido quando escrever ao seu amigo de quem ouvi que fazia muita estimação da dita carta, mas [...].*<sup>13</sup>

Não pairam dúvidas de que a pessoa a quem o *Paula* se referia, pelo contexto explicitado e pelas indicações dos negritos, seja *Fonseca*. *Paula* é claro quanto aos acontecimentos, apesar de tentar manter o nome daquele com quem conversara no anonimato. Reclamou ao irmão quando leu a carta ao F..., acusando *José* de responsável pelo fracasso na conversação, uma vez que *Fonseca* apenas tergiversava. Por isso *Paula* é impiedoso: *José* fora imprudente e sem melindre e deveria ter sido comedido ao escrever ao seu amigo<sup>14</sup>.

O excerto também comprova que a leitura de cartas e a conversa logo iniciada pelo *Paula* com *Fonseca* é, em grande parte, verídica, já que o próprio *Paula* fazia alusão ao episódio. Ao que parece, *Paula* iniciou aquela conversação por confiar na amizade de *Fonseca* com seu irmão, afinal era aquele mesmo amigo que entregava as cartas de *José* aos Suassuna. Tanto que o *Paula* foi bastante insistente em seu diálogo: primeiro, lê cartas com assuntos que *Fonseca* julgava serem “ideias revolucionárias”; segundo, comenta que era preciso “procurar a liberdade”, mesmo com a ajuda de França; terceiro, pergunta ao interlocutor se ele achava que dois conhecidos deles “eram capaz[es]” e, diante de tantas evasivas de *Fonseca*, pergunta a este se *José* não teria conversado com ele sobre aquele assunto, ao que *Fonseca* confirma que sim. Diante desses insucessos foi que o *Paula* escreveu ao irmão, admoestando-o.

Na citada carta do *Paula*, de 21 de maio, também são comentados outros assuntos. Primeiramente avisa a *José* que três outras cartas suas haviam chegado em 9 de maio e que ele a recebera de *Fonseca*. Em seguida, felicita ao irmão pela

<sup>13</sup> *Documentos Históricos*, CX, p. 161. Os grifos são meus.

<sup>14</sup> Além dessas evidências nítidas de que o tal F..., o tal amigo, fosse de fato *Fonseca*, percebemos que não poderia ser outro amigo a não ser *Fonseca*. Era ele responsável pela entrega de cartas aos irmãos, era ele um dos poucos a quem *José* escrevia, era ele a quem *José* se oferecia para resolver assuntos no reino...

sua saúde e deseja-lhe que fique livre dos perigos da guerra, “para a qual louvo muito estar pronto a defender como devemos o nosso Monarca; pelo que agora o suponho unido ao exército”. Reclama que as cartas de *José* continuam lacônicas, pois ele trata sobre os assuntos da guerra de forma *en passant*. Lamenta a tomada do navio Amável Luzia e censura *José* por notícias que chegaram dizendo que ele estava gastando muito na corte, inclusive emprestando dinheiro ao Nabuco. Atribui alguns gastos de *José* ao jogo e pede para que ele jogue menos. Em seguida, envia uma ordem ao irmão para que ele mande celebrar algumas missas, certamente, pela alma do falecido pai. Também alude à amizade dos padres do Seminário de Olinda e pede para que o procurador José Luís satisfaça uma letra em favor de frei Bento. Parabeniza *José* por ele ser obsequiado por “grandes e pequenos”, mas adverte-o de que, se ele não se lançasse em boas obras, tudo poderia perder-se. Além disso, lembra ao irmão as diligências que ele *José* ficou de realizar na corte, em benefício do remetente *Paula*. Por isso, envia-lhe sua certidão de casamento e a certidão de óbito de sua mãe. Pede para que *José* lhe consiga uma patente que não seja nas Milícias. Finalmente, avisa que estava a remeter alguns recursos ao irmão, “seis feixos de açúcar”, e menciona a conversa com o F..., já referida.

A carta escrita por *Luiz*, em 20 de maio, tal como a carta do *Paula* acusava o recebimento de três cartas de *José*. Mais caloroso, *Luiz* disse sentir grandes desejos de ver o irmão. Pediu para que se empenhasse na consecução dos negócios da família e que voltasse logo para Pernambuco, “onde não deve aparecer senão de um modo honroso, e que nos encha de contentamento”. Avisou a *José* que ainda continuava adoentado. Tratou de algumas questões de dinheiro com o irmão e também mencionou sobre as partilhas dos bens do pai. Relatou que também recebera os livros e entregara alguns a Duarte. Finalizou a carta, aconselhando *José* a ter cautela com os seus amigos. Tanto a carta de *Luiz* do dia 20, quanto a do *Paula* do dia 21, porém, jamais chegaram ao seu destino.

No mesmo dia, 21 de maio, em que *Paula* escrevia sobre o tal F..., por motivo ainda ignorado, *Fonseca* resolveu denunciar os irmãos Suassuna ao juiz de fora Antônio Manuel Galvão. Por sua vez, o magistrado avisou às demais autoridades reais que prontamente se dispuseram a ouvir a delação<sup>15</sup>. *Fonseca* relatou toda a conversa que tivera com o *Paula* nos dias 9 e 11 de maio. As autoridades reais ordenaram a prisão dos irmãos *Paula* e *Luiz* “com tropa que fosse precisa e acabaram sendo presos naquela mesma noite, recolhidos na cadeia desta vila em segredo, separados, para se lhes fazerem as perguntas e acareações competentemente”<sup>16</sup>. Ao mesmo tempo foi ordenada a busca por todos os papéis na casa dos irmãos denunciados, “para se apreenderem e ajuntarem à devassa os que aparecessem suspeitosos e perniciosos”<sup>17</sup>. As cartas apreendidas são as que foram usadas até agora neste artigo e, como foi mencionado, as duas últimas correspondências escritas por *Luiz* e *Paula*, prontas para serem remetidas acabaram caindo nas mãos das autoridades. Procurando cercar ao máximo algumas provas que poderiam comprovar as denúncias de *Fonseca*, foi ordenada a prisão do sargento-mor do

<sup>15</sup> Entre elas o triunvirato que governava interinamente Pernambuco: bispo José Joaquim Azeredo Coutinho, fundador do Seminário de Olinda, o intendente da Marinha Pedro Sheverin e o ouvidor José Joaquim Nabuco de Araújo.

<sup>16</sup> *Documentos Históricos*, CX, p. 20.

<sup>17</sup> *Documentos Históricos*, CX, p. 21.

regimento de Milícias do Cabo, Sebastião Antônio Barros de Melo, que até pouco tempo estivera preso, mas que havia pedido autorização para sair e se curar de uma moléstia, o que lhe foi permitido desde que não saísse do Recife. Como o sargento quebrara a “homenagem”, isto é, abandonara o Recife, e principalmente, por ele ser irmão de um cunhado dos denunciados “com os quais se tratava maiormente”, foi-lhe ordenada novamente a prisão.

### **Depoimentos e acareações: documentos e possíveis leituras**

No dia seguinte, 22 de maio de 1801, as autoridades reais tomaram o depoimento dos denunciados *Luiz e Paula*. A *Luiz* perguntaram se sabia o motivo de sua prisão e este respondeu que o desconhecia. Foi questionado se conversou com alguém sobre princípios de liberdade e mudança de governo, o que também negou ter feito por ser vassalo fiel, mas acrescentou que não podia evitar que os seus inimigos “falassem e dissessem tudo quanto quisessem”<sup>18</sup>. As perguntas feitas ao *Paula* foram idênticas com respostas semelhantes. Ele apenas acrescentou que jamais conversara sobre ideias facciosas, pois cumpria as reais ordens e que “mesmo das cartas escritas a seus irmãos, constava a sua lealdade, zelo e amor para com o soberano”<sup>19</sup>.

Em 23 de maio de 1801, *Luiz* ratificou todas as suas respostas do dia anterior e acrescentou um protesto, “que jamais em tempo algum ouvira ou auxiliara semelhantes ideias tão indignas do homem de bem e de honra como ele se presume”, que somente a maldade do homem poderia “inventar semelhantes coisas para a sua ruína”<sup>20</sup>. A alçada, por sua vez, perguntou-lhe qual era o perigo a que seu irmão *José* se referia na carta enviada a ele, *Luiz*, em 13 de março ali referida, que pedia para as cartas serem entregues em mãos, “pois bem se vê o perigo a que me exponho”<sup>21</sup>. *Luiz* respondeu que o irmão se valera daqueles termos pelo perigo de extraviarem-se as cartas, pois moravam no mato e naquela praça havia muitos crioulos. As cartas continham os negócios da sua casa e que, pela sua qualidade, exigiam todo o segredo, pois tratavam de pretensões às distinções, que eram escondidas do público, por capricho, por não “quererem se publicar senão depois de conseguidas”<sup>22</sup>.

Um dos argumentos apontados por Guilherme Pereira das Neves vai ao encontro a justificativa de *Luiz*, que diz que não houve conspiração, mas, sim, intrigas por parte de *Fonseca*, posto que os irmãos estavam preocupados em adquirir postos de proeminência e distinções na corte<sup>23</sup>. O depoimento de *Luiz* bem como as cartas enviadas por *José*, que tratavam sobre os negócios na corte e diziam que pretendia angariar postos na tropa, o Hábito de Cristo e mesmo um posto militar melhor para o irmão *Paula* são provas disso. Entretanto, não é contraditório o esforço de buscar honrarias que ilustrassem a casa dos Suassuna e ao mesmo tempo cultivar ideias sediciosas. Não foi Robespierre o aluno que concorrera entre centenas de

---

<sup>18</sup> *Documentos Históricos*, CX, p. 127-128.

<sup>19</sup> *Documentos Históricos*, CX, p. 142-144.

<sup>20</sup> *Documentos Históricos*, CX, p. 129.

<sup>21</sup> *Documentos Históricos*, CX, p. 135.

<sup>22</sup> *Documentos Históricos*, CX, p. 128-129.

<sup>23</sup> NEVES, “A suposta conspiração...”, p. 477.

outros para prestar homenagens a Luís XVI? Não seriam os mesmos Suassuna, que já mais velhos e abastados<sup>24</sup>, em pleno gozo de títulos e de postos mais elevados, que abraçaram a causa incerta da Revolução de 1817 contra o domínio português, colocando em risco suas vidas e de seus familiares, além de suas próprias fortunas?

É certo que os tempos eram outros, apesar de bastante próximos, prova, porém, que títulos e distinções não eram suficientes para manter a lealdade dos súditos, pois do contrário os irmãos Suassuna e tantos outros revolucionários com postos e distinções reconhecidos no reino jamais teriam se levantado contra a Monarquia portuguesa. Não poderiam os irmãos disputar pelas honrarias em 1801 e, ao mesmo tempo, discutir sobre o futuro incerto de Portugal com consequências para a América Portuguesa? Afinal, os lusitanos estavam prestes a enfrentar guerra contra a Espanha apoiada pela França, cujo desfecho era imprevisível. Será que a pretensão às honrarias, tão comum entre os homens abastados do Norte, justificava tantas artimanhas para a sua ocultação, como o uso de um intermediador para entregar cartas entre os próprios irmãos (!), ou mesmo o transporte de cartas fora da mala do correio, algo que o próprio *Luiz* reconhecia como prática proibida? Em que medida o depoimento de *Luiz* foi sincero, se for levado em conta que fora feito debaixo das chaves da prisão e que, se comprovada a inconfidência, poderia levá-lo às mais duras penas? Voltemos então aos depoimentos dos acusados, em 1801.

No mesmo dia 23 de maio em que *Luiz* foi inquirido, *Paula* também o foi. Ratificou todas as suas respostas do dia anterior e ainda confirmou ser um fiel vassalo. Perguntado sobre o seu conhecimento sobre os crimes de lesa-majestade, respondeu que jamais falara em matérias sediciosas, que “conhecia a fundo a superioridade da bondade dos governos monárquicos a outros quaisquer”<sup>25</sup>. Perguntado sobre a autoria da missiva escrita em 21 de maio, na qual havia menção da sua conversa com o F..., confirmou que a carta era de sua autoria. Também foi perguntado sobre as três cartas a que fazia menção em sua correspondência apreendida. Respondeu que uma era do dia 15 de março e que ainda existia; a segunda da mesma data tratava de assuntos muito particulares, como a sua pretensão de ser alcaide-mor e a “mornura” das pretensões do seu outro irmão em outros negócios; e a terceira continha recomendação ao seu favor de um capelão. Lembrou-se de que a segunda carta fora rasgada, enquanto a terceira fora usada para embrulhar algumas coisas.

Se observarmos que os irmãos depuseram separadamente, notaremos que há semelhança nos depoimentos, ou seja, as cartas apreendidas tratavam, sim, das pretensões da família. Aliás, na exposição das cartas não restam dúvidas de que os irmãos tratavam correntemente sobre esse assunto. No entanto, a consonância entre os depoimentos deve-se ao fato de os irmãos saberem que as cartas apreendidas só tratavam daqueles assuntos de pretensão, uma vez que as outras foram destruídas, portanto poderiam dizer que o teor cartas destruídas não era nada demais. Uma pergunta se faz, por que o *Paula* não destruiu a carta mais velha, a de 15 de março,

---

<sup>24</sup> Em 1817 a esposa do *Paula* faleceu, legando exatos 61:212\$595 (85 escravos e sua parte no engenho Suassuna, além de ouro e prata. (IAHGP, Arquivo do TJR, Cx. 018). O *Paula* veio a falecer logo depois que fora libertado dos cárceres da Bahia, em 1821, mas seu inventário ainda é desconhecido.

<sup>25</sup> *Documentos Históricos*, CX, p. 145.

e destruiu apenas as demais? Teria ele destruído cartas que pudessem incriminá-los, expor ao perigo, como dizia *José*, ou tudo isso não passou de coincidências?

A alçada, por sua vez, continuou inquirindo o *Paula*. Perguntaram-lhe “quem era o fulano ou fulana a quem havia lido uma carta do dito seu irmão, em que se admirava da imprudência e falta de melindre” e que lhe recomendava comedimento no final da última carta. Eis que ele responde:

*[...] que a carta de que aqui se trata não fora escrita a ele respondente mas sim a uma moça moradora na rua do Colégio, filha do falecido José de Souza, em que o dito seu irmão tinha muitas expressões amatórias e licenciosas, cujas expressões é que ele respondente estranhava por não ser a dita moça uma mulher pública e poder prestar algum modo a dita carta e perigar a respeito da mesma e que é tanto assim [que no princípio da carta que foi apreendida] ele louva muito ao dito irmão a prontidão em que está para defender o nosso monarca como somos obrigado.s<sup>26</sup>*

Já foi referido o episódio em que o *Paula* admoestara o seu irmão sobre a leitura de uma carta feita ao F..., que julgo ser *Fonseca* e, não, uma mulher como defende *Paula*. Ademais, *Paula* tergiversou em seu depoimento, pois não respondeu à alçada sobre a leitura que ele fizera a um fulano ou fulana, apenas disse que advertia o irmão por escrever uma carta com “expressões amatórias e licenciosas”. Essa carta de amor, também apresentada neste texto, não apresenta termos nem intenções licenciosas que maculassem a reputação da senhora Ana Joaquina. Pelo contrário, *José* agiu com muito respeito e esforçou-se por meio das letras e de galanteios para ter a atenção da amada, que suspeitava esmorecer tanto pela distância quanto pelo tempo que estava em Portugal: “minha alma vive em contínua guerra, [...] ora se persuade que não haverá coisa que te faça variar, ora que já te não lembras de mim”<sup>27</sup>. Assim, ao que tudo indica *Paula* agiu da seguinte forma: para livrar-se das suspeitas da alçada justificou a sua admoestação ao irmão *José* pelo insucesso ao ler a carta ao amigo F..., com uma carta de amor que ainda encontrava em seu poder. Vale lembrar que o depoimento de *Paula* foi feito nas mesmas circunstâncias de seu irmão *Luiz*, isto é, preso e com risco de sofrer duras penas.

Antes de retomar os testemunhos seguintes dos irmãos, a alçada iniciou, em 27 de maio, a inquirição de mais de oitenta depoentes, muitos deles conhecidos dos irmãos Suassuna. Ao longo dos dias, nenhuma testemunha acrescentou nenhum dado novo que pudesse incriminar os Suassuna, pelo contrário, a maioria reputava-os fiéis vassalos. Apenas há um depoimento que vai contra os depoimentos dos Suassuna, de que eles não conversavam sobre “ideias revolucionárias e sediciosas”. Dizia frei Bento da Trindade que os reputava fiéis vassalos que “até por conversações que com eles tivera relativas a este mesmo objeto, em que sempre lhes conheceu um aborrecimento absoluto a inculcada liberdade francesa”<sup>28</sup>. Isso quer dizer que,

---

<sup>26</sup> *Documentos Históricos*, CX, p. 146.

<sup>27</sup> *Documentos Históricos*, CX, p. 138.

<sup>28</sup> *Documentos Históricos*, CX, p. 101.

mesmo se posicionando desfavoravelmente às chamadas ideias revolucionárias, os irmãos tratavam sobre elas. Os laços de frei Bento com os Suassuna eram estreitos. Numa carta escrita por *Paula* ao irmão *José*, há menção às relações comerciais que tinham com o dito frei. Além disso, Bento da Trindade foi apontado dezoito vezes por diferentes testemunhas como frequentador da casa dos Suassuna, número que o colocou na quarta posição num grupo de 64 indivíduos. Por isso, o depoimento do frei deve ser considerado.

Em 30 de maio *Paula* foi chamado novamente para depor. Ratificou todas as suas respostas do depoimento anterior. A alçada insistiu, suspeitando da admoestação de *Paula* ao irmão *José* pela leitura da carta ao F..., “parec[ia] pelo seu mesmo contexto referir-se a outro objeto”. Mesmo assim, *Paula* defendeu que os seus escritos se referiam “à dita moça da rua do Colégio”. Disse mais, que a carta destinada à moça fora lida porque viera entre as suas correspondências e que ele não a entregara à destinatária. A alçada não se deu por satisfeita e questionou o porquê de o *Paula* defender que o F... se tratava da moça do colégio, sendo que usara apenas de expressões do gênero masculino. *Paula* esquivou-se, dando uma resposta descabida, replicando que usara do gênero masculino “por falar por ênfase” (!). A alçada então questionou a razão de usar dessa ênfase a respeito da carta amatória. Respondeu que era para os irmãos portarem-se na ainda na educação recebida pelo pai. Insatisfeita, a alçada persistiu, questionando sobre o trecho escrito na carta, enquanto o *Paula* defendeu a sua mesma tese. Os inquiridores foram tão minuciosos que lhe perguntaram até sobre as reticências utilizadas e, mais uma vez, *Paula* respondeu de maneira pouca convincente<sup>29</sup>.

Em 1º de junho, os juízes mandaram chamar *Luiz*, que ratificou todo o seu depoimento prestado até então. *Luiz* foi perguntado sobre o porquê de o irmão escrever-lhe dizendo para que não concorresse para o empréstimo que a Real Fazenda fazia em Pernambuco. *Luiz* respondeu que a recomendação era feita para que ele *José* não ficasse sem recursos para a sua subsistência na corte; afinal, eram os irmãos em Pernambuco que lhe enviavam dinheiro para o seu sustento. A alçada então o perguntou se ele não sabia que para as necessidades da Coroa Portuguesa todos os fiéis vassallos deveriam concorrer com suas vidas e fazendas. *Luiz* anuiu, dizendo que conhecia essa obrigação “e que sempre estivera pronto para cumprir com ela, logo que visse serem urgentes as necessidades do Estado”, e que sua casa já emprestara uma vez à Real Fazenda.

Era difícil de acreditar no argumento de *Luiz*: homens abastados do Norte teriam mesmo dificuldades em sustentar uma única pessoa na corte que estava tratando de assuntos da família? Os irmãos não estavam prestes a receber a herança do pai que havia falecido, homem também de importância a julgar pelas relações que tinha com o ex-governador D. Tomás José de Melo<sup>30</sup>? Não era a casa de *José* em Lisboa frequentada “por todos os pernambucanos” a pedir-lhe dinheiro, já

<sup>29</sup> *Documentos Históricos*, CX, p. 146-149.

<sup>30</sup> O viajante inglês, ao referir-se à morte do pai dos Suassuna, lembra quem ele fora e o que legara aos filhos: “His father, a Brazilian also, was first an ensign in the Recife regiment of the line; he afterwards established himself upon a sugar-plantation, and made a fortune. The old man died, and left to each of his sons considerable property”. KOSTER, Henry. *Travels in Brazil*. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme & Brown, 1816, p. 70.

que ele escrevera aos irmãos dizendo que estava acautelando-se para não levar calote, como estava para acontecer com o empréstimo feito a Nabuco? A alçada seguiu em seu trabalho e questionou sobre o trecho da carta do irmão *José* que dizia sobre o perigo a que ele se expunha. *Luiz* continuou a defender suas ideias, dizendo que os irmãos não queriam que suas pretensões fossem descobertas antes do momento certo, para “evitar a concorrência de mais pretendentes, que sem dúvida as dificultariam mais”<sup>31</sup>.

No mesmo dia chamaram o *Paula* para acareação com *Fonseca*. Em sua presença, *Fonseca* confirmou todas as acusações que fizera à alçada. O *Paula* foi então perguntado se ele mantinha as negativas de ter lido duas cartas a *Fonseca* e que elas tratavam de “ideias revolucionárias e facciosas”. O Suassuna continuou negando que tal fato tivesse acontecido. Por seu modo, a alçada perguntou a *Fonseca* que fim haviam levado as cartas que lhe foram lidas e obteve a resposta de que vira o próprio *Paula* rasgar uma carta, enquanto a outra fora queimada. Quanto a essa revelação, *Paula* rebateu, dizendo que tudo não passava de sonho de *Fonseca*. Logo, a alçada passou para outros impasses. Fez primeiro *Fonseca* dizer sobre o que os dois haviam conversado e o delator repetiu o mesmo depoimento: conversaram depois da leitura da carta ser “necessário procurar a liberdade”. Como *Fonseca* demonstrara não querer aderir àquelas ideias, mesmo com “socorro de alguma nação como a França, o *Paula* ficou em desordem e disse a *Fonseca* que se não tinha valor, guardasse segredo [...] que isto era para o caso da perda de Portugal, ou de sua Alteza Real não vir para o Brasil, por se não sofrer jugo estrangeiro”<sup>32</sup>. A alçada então questionou *Paula*, se ele continuava a negar “sobre as cartas, sobre o objeto e sobre a mesma conversação”, ao que ele respondeu que *Fonseca* “podia dizer o que quisesse. Em resposta *Fonseca* interveio, afirmando que só “dizia a verdade”. *Paula* então lembrou à alçada que em suas cartas dava mostras de que era fiel vassalo, que a sua vida já havia dado as mais diversas provas do seu zelo.

Insistente, a alçada continuou a inquirir os irmãos. *Luiz* prestou depoimento em 3 de junho de 1801. Cansado, repetiu toda a sua versão sem mudar nada no depoimento. A alçada insistiu com *Luiz* na questão do empréstimo que o irmão alertava para não fazer, perguntando até se emprestaria dinheiro à Real Fazenda, mesmo após as recomendações do irmão. *Luiz* respondeu que não só faria o empréstimo, como “até venderia seus próprios bens para acudir a mesma necessidade”<sup>33</sup>. A alçada partiu então para mais uma tentativa em descobrir sobre a que perigo *José* se referia ao dizer “bem vê o perigo a que me exponho”<sup>34</sup>. *Luiz* afirmou que o irmão se referia ao extravio de cartas que ele não queria que acontecesse, por isso estaria exposto a um perigo. A alçada então se fez satisfeita.

Foi a vez de *Paula* prestar depoimento pela quinta vez, também em 3 de junho. A alçada repetiu várias das perguntas que fizera outrora, recebendo as mesmas respostas de *Paula*. Insistia no ponto em que jamais lera carta alguma a *Fonseca*, apesar do depoimento de o delator dizer o contrário. Os inquiridores então procuraram entender as relações de *Paula* e *Fonseca*, se eram amigos e se entre

---

<sup>31</sup> *Documentos Históricos*, CX, p. 131.

<sup>32</sup> *Documentos Históricos*, CX, p. 151.

<sup>33</sup> *Documentos Históricos*, CX, p. 132.

<sup>34</sup> *Documentos Históricos*, CX, p. 135.

eles havia alguma razão de inimizade ou ódio. Respondeu que eram amigos e que entre eles não havia razão para inimizade. Exceto, por uma questão amorosa, que ele, *Paula*, havia comentado com *Fonseca* sobre certa moça, e “haver-lha gabado muito por a achar do seu gosto”, ao que *Fonseca* ficou picado, isto é, ofendido, por ter amizade com ela. Outra suposição de *Paula* era por questões comerciais, “por causa de uma demanda de couros que ventila com Francisco Carneiro do Rosário, com quem o dito *Fonseca* ou tem particular amizade, ou ia afiançado por ele”<sup>35</sup>.

Assim, *Paula* procurava pintar *Fonseca* como superficial, traidor de amizades por ninharias, mentiroso... Sob essa ótica, *Fonseca* era um alcoviteiro da espécie que criava enorme rebuliço por causa de mulheres, ou mesmo por questões comerciais, algo pouco nobre, comum ao vulgo por colocar o ouro acima de tudo. Perguntaram-lhe sobre a conversa com o *Fonseca*, o que *Paula* negou, dizendo que a conversa deles era sobre “a defesa da Pátria tanto em público, com em particular”. Mandaram então que *Fonseca* entrasse na sala para iniciar a acareação. Mais uma vez a alçada insistiu na questão da leitura das cartas. *Paula* negou, dizendo que *Fonseca* poderia dizer o que bem lhe parecesse, ao que *Fonseca* lhe respondeu que dizia a verdade, “não levantava testemunhos nem caluniava a ninguém”. Perguntados sobre o fim que levaram as cartas, *Fonseca* defendia a ideia de que as cartas que lhe foram lidas, em seguida foram destruídas, enquanto *Paula* respondeu que destruíra as cartas sem as ler para *Fonseca*. O atrito entre os acareados persistiu, o *Paula*, por exemplo, tentava desqualificar o depoimento do delator, dizendo que percebia *Fonseca* como muito verdadeiro, mas, depois de ouvi-lo na acareação, reputava-o maníaco. *Fonseca* rebateu, apelando para a sua bem conhecida conduta. A alçada, percebendo um clima nada amistoso entre os dois, perguntou a *Fonseca* sobre as causas de inimizade de que o *Paula* havia falado anteriormente. Respondeu “que aqueles motivos [citados por *Paula*] eram tão insignificantes, quanto se deixava ver deles mesmos”. Reconhecendo que os motivos eram insignificantes, *Paula* respondeu que tinha *Fonseca* por muito verdadeiro e, como não encontrava motivos para aquela denúncia, só poderia reputá-lo como maníaco.

Em 5 de junho a alçada não mais questionou *Luiz*, mas continuou a indagar *Paula*. Entre várias perguntas repetidas, a alçada disse que “não era crível que o dito *Fonseca* faltasse à verdade nas acareações passadas, e até mesmo pelo reconhecimento que ele respondente fazia da sua probidade”<sup>36</sup>. *Paula* persistiu na hipótese de que *Fonseca* agia de maneira estranha, ou havia sido seduzido pelos inimigos dos Suassuna, ou estivesse na esperança de algum prêmio. Pela terceira vez, acusador e acusado foram acareados. *Paula* acusou *Fonseca* de querer parte dos seus bens ou prêmio e *Fonseca* defendeu-se, dizendo que não ambicionava os bens alheios, mas que falara a verdade por “obrigação que tinha o fazer”. A alçada então terminou a acareação, sem conseguir que os depoentes acrescentassem novos elementos aos depoimentos.

Não encontrando maiores evidências nem nos depoimentos dos acusados, nem nas acareações, nem em outros testemunhos, a alçada encerrou a devassa em 10 de junho. Os Suassuna, porém, não foram libertados, a alçada não estava

<sup>35</sup> *Documentos Históricos*, CX, p. 153.

<sup>36</sup> *Documentos Históricos*, CX, p. 158.

também convencida da completa inocência dos denunciados. Afinal, a carta que avisava que não se fizesse o empréstimo foi encontrada, a carta de *Paula* sobre a leitura ao *F...* também foi encontrada, embora o acusado insistisse que ele se referia a uma mulher. A alçada não poderia libertar os irmãos, pelo fato dessas cartas confirmarem boa parte da acusação de *Fonseca*. Decidiram então proceder com um sequestro parcial dos bens dos presos que, até decisão real, ficariam em poder de depositários idôneos, “não há convencimento do crime, nem notoriedade do mesmo [...] que se proceda à sequestro do bem dos presos, salvando-se a serem cassados a parte dos mesmos bens, e das novidades que de direito pertencerem às mulheres [...]”<sup>37</sup>. Foram mandados então para a fortaleza das Cinco Pontas, de onde saíram um ano e meio depois.

Enquanto estavam presos, foi enviada uma carta, na qual se queixava da venda prematura e a arrematação dos bens dos irmãos pelos credores. A carta acusava o procedimento de ilegítimo, já que a determinação da alçada obrava antecipadamente à real resolução. O ato, acusavam, era ilegítimo. Não restam dúvidas de que a pena adotada pela alçada causou imenso prejuízo aos Suassuna. Possivelmente, em virtude da prisão e da confiscação apressada de parte dos bens, os Suassuna tornaram-se grandes desafetos do bispo José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, pois o clérigo era o principal membro da alçada. A cultura oral da época, materializada na obra *Os mártires pernambucanos*, de Joaquim Dias Martins, revela que entraram na disputa da direção do Hospital do Paraíso dois padres, um apoiado pelo bispo Azeredo Coutinho e outro pelos Suassuna. A vitória ficou para os Suassuna, enquanto o bispo não pode revidar, pois recebera ordens de retornar para o reino.

Anos mais tarde, em 1810, o viajante inglês Henry Koster encontrou-se com José, como governador do Rio Grande do Norte, que lhe explicou o que sucedera naqueles anos: ao saber que fora denunciado, conseguiu fugir para a Inglaterra, ao passo que os irmãos foram presos em Pernambuco. Todos da família sofreram muito, pessoal e materialmente, mas a acusação demonstrou ser falsa<sup>38</sup>.

O artigo de Guilherme Pereira das Neves, “A suposta conspiração de 1801 em Pernambuco: ideias ilustradas ou conflitos tradicionais?”, sem dúvida, é um marco para o estudo sobre o tema. Se antes a historiografia colocava a suposta conspiração dos Suassuna no bojo daquelas revoltas nativistas que culminariam na independência do Brasil, como se houvesse um antigo anseio pela independência, Pereira das Neves caminha em direção oposta. De acordo com sua argumentação, provavelmente, sequer ocorreu uma conspiração, por isso chamá-la de *suposta conspiração*. Em outras palavras, a *suposta conspiração* não passaria de uma suposição mal formulada pela historiografia tradicional a exemplo da criação do Areópago de Itambé, também

---

<sup>37</sup> *Documentos Históricos*, CX, p. 125.

<sup>38</sup> O texto original, em inglês, diz: “He went to Lisbon on some business relating to his company, and whilst he was there a denuncia, a private accusation, was given by some enemy to the family – that the brothers were forming a conspiracy against the government. He was obliged to leave Lisbon, afraid of being put under an arrest, and fled to England, where his reception was such, that he has ever wished for opportunities of sewing kindness to persons of that nation. His brothers suffered much in person and in property, but matters were at last cleared up, as the accusation was proved to be false”. KOSTER, *Travels in Brazil*, p. 70.

repetido *ad infinitum*, e sem um estudo mais detalhado sobre o tema<sup>39</sup>.

A historiografia tradicional adota a tendência de acreditar em todas as acusações de *Fonseca*, isto é, os irmãos queriam levantar povos da América contra Portugal e, se possível, com a ajuda da França. Já Pereira das Neves segue para outro extremo: considera parte dos argumentos dos acusados como plausíveis, isto é, *Paula e Luiz* eram inocentes, fiéis vassalos inseridos no jogo do Antigo Regime, que buscava títulos e mercês para as suas casas. Na sua visão, *Fonseca* era um maníaco, que, movido pela intriga, acusava os irmãos...

Por sua vez, este artigo tentou incorporar um pouco das duas perspectivas. Não aceita que tenha havido uma conspiração contra Portugal, que buscasse a independência do Brasil. Por outro lado, compreende que entre os irmãos havia algo a mais que intrigas. *Fonseca*, um velho amigo da casa, assíduo frequentador da casa dos Suassuna, teve suas denúncias comprovadas pela documentação. A carta sobre o empréstimo foi encontrada e a carta do *Paula* em que admoestava o irmão *José* pela sua falta de melindre e comentava que lera a carta para o F... , mas, sem sucesso, revela que a acusação de *Fonseca* não era dissonante. É claro que *Paula* argumentou que aquela carta se referia a uma senhora, e, não, a *Fonseca*.

Pelo contexto da acusação, pelo gênero utilizado na carta – masculino e, não, feminino – e pela explicação quase que onírica dada por *Paula*, porém, revela-se que *Fonseca* não inventava tudo. Ao que parece, os irmãos não queriam liderar um levante contra Portugal, mas discutiam com mais constância sobre a possibilidade de Portugal ser invadido e o que deveriam fazer caso isso acontecesse: continuar sob o jugo de uma nação europeia invasora, ou aproveitar, seguindo o exemplo das Treze Colônias e tentar a sua emancipação? Muitos países da América Espanhola não agiram dessa forma? Não poderiam eles discutir aquelas possibilidades, “para o caso da perda de Portugal, ou de sua Alteza Real não vir para o Brasil”<sup>40</sup>? O próprio Pereira das Neves reconhece essa perspectiva, de difusão ao menos de princípios sediciosos, mas, em sua concepção, essa é uma ótica daqueles que estavam a devassar os irmãos<sup>41</sup>. Não foram somente as intrigas que levaram os irmãos à prisão, havia elementos suspeitos que os incriminaram, mas foram as intrigas que mantiveram os irmãos presos, o que dilapidou parte de seus recursos e quase desmembrou a família, desunindo os Suassuna, um exilado na Inglaterra e dois em celas separadas em Pernambuco por um ano e meio.



<sup>39</sup> NEVES, “A suposta conspiração...”, p. 478-479.

<sup>40</sup> *Documentos Históricos*, CX, p. 151.

<sup>41</sup> NEVES, Guilherme Pereira das. A suposta conspiração de 1801 em Pernambuco: ideias ilustradas ou conflitos tradicionais?. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, p. 470, 1999.

## RESUMO

Este artigo tem por objetivo dialogar com os estudos do professor Guilherme Pereira das Neves intitulado “A suposta conspiração de 1801 em Pernambuco: ideias ilustradas ou conflitos tradicionais?”, apresentando outra leitura da devassa que se abriu para apurar a Conspiração de 1801, também conhecida como Conspiração dos Suassuna.

**Palavras Chave:** Conspiração dos Suassuna; Cartas; Pernambuco.

## ABSTRACT

This paper dialogues with the studies of professor Guilherme Pereira das Neves entitled “A suposta conspiração de 1801 em Pernambuco: ideias ilustradas ou conflitos tradicionais?”, presenting a reading different from the one produced in the open inquiry that investigated the Conspiracy of 1801, also known as Suassuna Conspiracy.

**Keywords:** Suassuna Conspiracy; Letters; Pernambuco.

Artigo recebido em 07 abr. 2013.

Aprovado em 03 mai. 2013.